

REVISTA O BUSCADOR
REVISTA DE CIÊNCIA MAÇÔNICA
LOJA MAÇÔNICA DE ESTUDOS E PESQUISAS RENASCENÇA Nº 1
IGREJA, TEMPLÁRIOS E MAÇONARIA

Alveriano de Santana Dias *

SUMÁRIO

O que aqui se encontra é fruto de pesquisas no sentido de elucidar as questões que levaram a Igreja Católica Apostólica Romana a fundar a Ordem do Templo, e em torno de duzentos anos depois a perseguir até a sua extinção. Com o passar do tempo, essas mesmas acusações foram usadas até os dias de hoje contra a maçonaria, acusando-a de seita e praticar atos hereges. Retrata as questões da unificação do poder político religioso, chegando ao ponto da Igreja de Roma possuir dois papas durante o período de 1378 a 1409, passando a ter três papas durante o período de 1409 a 1417. Fala da problemática que culminou com o grande cisma entre as Igrejas de Roma (Ocidente) e a Igreja Ortodoxa (Oriente), desde o ano de 1054 até os dias de hoje.

Palavras Chaves: Igreja. Templários. Maçonaria. Poder. Hegemonia. Cisma. Cruzadas. Heresia.

ABSTRACT

What is here is the result of research to elucidate the issues that led the Roman Catholic Church to found the Order of the Temple, and about two hundred years later to pursue it until its extinction. Later on, these same accusations have been used to the present day against Freemasonry, accusing it of sect and practice heretic acts. It portrays the issues of unification of religious political power, reaching the point of the Church of Rome owning two popes during the period from 1378 to 1409, having three popes during the period from 1409 to 1417. It talks about the problematic that culminated in the Great Schism between the Churches of Rome (West) and the Orthodox Church (East), from the year 1054 to the present day.

Key Words: Church. Templars. Freemasonry. Power. Hegemony. Schism. Crusades. Heresy.

INTRODUÇÃO

Durante séculos, o convívio da Maçonaria com a Igreja, e de ambas com os Templários, foi alvo de muitas especulações. Há um grande questionamento histórico sobre o porquê da extinção dessa Ordem, ocorrida por um ato da Inquisição que condenou seus principais líderes a morrerem na fogueira, apesar de terem sido ferrenhos combatentes em nome de Cristo, inclusive, liderando algumas Cruzadas com a finalidade de lutar contra os muçulmanos e libertar a Terra Santa.

Por que a Igreja protegeu a Ordem dos Templários, criando-lhe uma regra com base de conduta inspirada no Salmo 115, versículo 1, outorgando-lhe o direito de agir livremente, com obediência apenas ao papa, e posteriormente passou a persegui-la até sua extinção? Será que a sua finalidade fora alcançada ou existiam outros interesses políticos que se aliaram à Igreja contra a Ordem do Templo?

Sabe-se que o rei da França Felipe de Valois, conhecido como Felipe IV, o Belo, foi um dos mentores intelectuais que arquitetou, juntamente com o advogado Guilherme de Nogaret, o plano acusatório de heresia, convencendo o clero a excomungar da Igreja Católica Romana todos os Templários. Nada mais intrigante do que esse procedimento, já que a Igreja havia usufruído da bravura desses cavaleiros, os quais lutaram incessantemente em defesa do Cristianismo, protegendo

dos saqueadores muçulmanos todos os peregrinos que fossem à Terra Santa.

Observa-se, também, que, em tempo algum, o ser humano matou tanto os seus semelhantes, como o fez durante as Cruzadas, em nome de Jesus, contradizendo o que pregava o rabino de Nazaré: “Amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo”; “dar a outra face...”

Como a Igreja pôde incentivar nobres cavaleiros com o intuito de libertar a Terra Santa do jugo dos muçulmanos por meio da violência? Qual o real interesse subjacente a esses fatos? Os questionamentos são muitos. Talvez as respostas estejam perdidas no tempo, e a veracidade histórica se assemelhe ao objetivo da procura da palavra perdida pelos irmãos maçons... Não há como realmente elucidar esses acontecimentos em uma leitura apenas sobre o assunto.

Ao mesmo tempo questiona-se, também, a relação dos Templários com a Maçonaria. Alguns acreditam que esta teve origem a partir daqueles; outros dizem que, com a perseguição da Igreja e do rei da França, Felipe IV, os Templários se refugiaram, principalmente, na Bretanha e lá procuraram a discrição de suas presenças no seio maçônico da época.

Foram realmente os Templários os idealizadores e transformadores da Maçonaria no que diz respeito à sua

O autor é Venerável Mestre da Loja Maçônica de Estudos e Pesquisas Renascença nº 1 e ex-Venerável Mestre da Loja Simbólica Pedro Tomaz de Medeiros Nº 7. É Médico Veterinário, especialista em Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável com enfoque e aperfeiçoamento em Agroecologia.

atitude política, filosófica e religiosa? Por que ela adota o último Grão Mestre Templário, Jacques Bernard de Molay, (que nunca foi maçom), como símbolo de luta e fidelidade, homenageando-o com uma Ordem Paramaçônica?

A perseguição aos Templários pela Igreja se entranha no tempo e respinga, também, na Maçonaria. Contrapondo-se ao evangelho, ela julgava e condenava todo aquele que não professasse seus dogmas, cujo veredicto da “Santa” Inquisição seria morrer queimado na fogueira, por ser considerado herege.

Portanto, para compreender esse intrincado relacionamento entre a Igreja, Templários e Maçonaria, mais conhecimentos tornam-se necessários para que alguns questionamentos, que perduram até os nossos dias possam, de certa forma, ser elucidados.

Não se pretende, aqui, de forma alguma, trazer explicações plausíveis sobre o assunto, mas oferecer subsídios, para que se possa refletir sobre a verdade ou até onde o mito e a lenda campeiam como se fossem fatos históricos.

Na história nem tudo está elucidado; há sempre fatos novos que precisam ser investigados. É através da investigação que se responde aos questionamentos, que se elucidam os mistérios, que circundam, principalmente, o seio da secular Ordem Maçônica.

Não se pretende, também, com essa breve leitura, isentar da história os erros que provavelmente a Ordem dos Templários e a Maçonaria cometeram. Muito menos marginalizar a Igreja Católica, diante dos fatos ora estudados, tampouco tornar em heróis os Templários, que talvez nem tenham sido, inocentando-os das barbáries cometidas em nome de Jesus Cristo. Mas, sim, abrir um leque de pesquisa para que outros estudiosos no assunto procurem caminhos para elucidar o que ainda não está esclarecido.

A IGREJA

“Por isso eu lhe digo: você é Pedro, e sobre essa pedra construirei a minha Igreja, e o poder da morte nunca poderá vencê-la” (Mt. 16,18). Passagem bíblica em que Jesus alicerça todo o evangelho, e se coloca como a pedra angular que os construtores rejeitaram, cabendo ao discípulo e apóstolo Pedro anunciá-lo a toda criatura.

Dessa forma, a Igreja Católica Apostólica Romana, principalmente na Idade Média, se comportou como sendo a detentora do Evangelho, usando esse trecho bíblico como prova incontestável do seu poder. Daí por diante, percorreu caminhos que a desvirtuaram da essência da “Boa Nova” de Jesus. Como exemplo, cabe destacar:

Falta de amor ao próximo
Falta de perdão
Intolerância (acima de tudo religiosa)
Imposição do evangelho pela força e não pelo amor e pelo perdão
Preferência pelo poder e pelos ricos.
Ostentação, luxo, riqueza.

Além de outros atributos a ela outorgados, através da história, sem querer aprofundar sobre a Inquisição e as indulgências, praticadas na Idade Média, com o intuito, no primeiro caso, de condenar todos aqueles que possuíam “práticas” ditas não cristãs, como também usá-la como arma repressora, contra aqueles que discordassem das decisões do clero; e, no segundo caso, oferecer aos cristãos a salvação tão desejada, dando-lhes a garantia de um lugar privilegiado no céu, após sua morte, a preço de ouro. Dessa forma, somente os ricos poderiam comprar o título da sua salvação; e, pelos pobres, nada se poderia fazer a fim de que pudessem alcançar o Reino de Deus.

Nada poderia se contrapor aos pensamentos doutrinários da Igreja de Roma. Toda pedra que se instalasse no seu caminho, como obstáculo à sua expansão e hegemonia, seria aniquilada pela Inquisição, sob acusações de bruxaria, heresia, entre outras. Constituiu-se um período sombrio e de medo para todos os homens e mulheres livres que desejavam conhecer a verdade. Só aos padres era dado o direito de ler a Bíblia e interpretá-la; prática, aliás, utilizada pelos sacerdotes judeus da época de Jesus. Só eles tinham o direito de conhecer a palavra de Deus, por serem “homens escolhidos pelo Criador para esse ofício”. Aos fiéis, restava a irrestrita obediência, numa profunda cegueira teológica, sem ao menos poder questionar, sob pena de queimar na fogueira da “Santa” Inquisição.

Na hegemonia pelo poder, em 1054, a Igreja Romana se separa da Igreja do Oriente, por não concordarem sobre alguns dogmas, que entre si eram divergentes: é o Cisma. Surgem, pois, duas Igrejas: a Católica Romana (Ocidente) e a Católica Ortodoxa (Oriente).

A Igreja Romana consegue se expandir com mais facilidade e ter mais adeptos, além de adotar práticas de troca de favores com a monarquia da época. Ela ocupa lugar tenente no poder e, muitas vezes, se curva diante dos desejos de alguns reis, como foi o caso do papa Clemente V e do rei da França, Felipe IV, O Belo.

O Império Bizantino e o Grande Cisma

O Império Romano passava por uma crise existencial, quando o Imperador Teodósio, em 395, dividiu os territórios em duas partes: Império Romano do Ocidente e do Oriente, com capital em Constantinopla,

cidade fundada pelo Imperador Constantino, no ano de 330, onde, anteriormente, localizava-se a colônia grega de Bizâncio, razão pela qual o Império Romano do Oriente ficou conhecido como Império Bizantino.

Apesar da aproximação de Roma, o Império Bizantino sofreu grande influência da cultura grega e asiática. A sua prática religiosa divergia dos princípios católicos romanos. As diferenças doutrinárias chegam ao auge em 1054, provocando o grande Cisma do Oriente, estabelecendo a divisão entre a Igreja Católica Apostólica Romana e a Ortodoxa. Com essa separação, a Igreja do Oriente (Ortodoxa) se distancia da doutrina da Igreja de Roma, adotando os princípios cristãos helenistas (gregos).

A Igreja Romana, mais voltada para o Sacro Império Romano, com o passar do tempo, foi se moldando às influências políticas religiosas ocidentais, enquanto, no Oriente, os ortodoxos permaneceram ligados à tradição cristã helenista (Igreja tradicional do rito grego). É dessa divisão, pois, que decorre o início das tensões entre as duas igrejas.

Com a ocupação do Oriente pelos bárbaros otomanos, a Igreja Ortodoxa se distancia cada vez mais da Igreja Romana; enquanto aquela se encaixa nos moldes culturais orientais, esta se deixa influenciar pelas questões políticas religiosas, ao ponto de reis terem acesso e influenciarem efetivamente na escolha de alguns papas, de acordo com seus interesses políticos.

Em 1043, durante o patriarcado de Miguel Cerulário, patriarca de Constantinopla, iniciou-se uma campanha contra a Igreja Latina, em razão das diferenças teológicas e pela compreensão da natureza do Espírito Santo. Essa discussão toma vulto durante os anos seguintes entre ambas as Igrejas, sem se chegar a um denominador comum, para apaziguar os ânimos discordantes.

Os ortodoxos não aceitavam que a Igreja estivesse sob o comando de um único líder, ou seja, a ideia do pontífice como liderança única e inquestionável, que se acentuou com o papa Leão IX (1048-1054), não era admissível por eles. A partir de então, as acusações de heresia entre as duas igrejas foram marcantes.

Em 1054, com o intuito de resolver o problema “teológico” criado, a Igreja Latina envia à Constantinopla o cardeal Humberto. A visita não surtiu efeito e terminou com a excomunhão do patriarca Miguel Cerulário, cujo ato a Igreja do Oriente interpretou como extensivo a toda a igreja bizantina.

Na oportunidade, o patriarca devolve a excomunhão a Roma, excomungando o papa Leão IX, sendo, também, extensivo a todos que faziam parte da Igreja Romana. O descontentamento está generalizado

entre ambas, o processo acusatório serve de escudo pelos interesses que não são comuns entre elas. Cada uma se fecha nos seus entendimentos dogmáticos e nas suas verdades, sem, no entanto, procurar compreender e ceder em favor do outro (Miguel Celulário e Leão IX), de forma a contornar as diferenças e a crise para unificar as Igrejas.

A bula papal de excomunhão do patriarca foi depositada pelo cardeal Humberto, no altar de Santa Sofia, em Constantinopla, logo após a pregação de Cerulário. Depois da sua leitura, o patriarca faz retaliações ao papa Leão IX e ao seu enviado. Devido ao ocorrido, o Cisma estava configurado. A partir desse dia, a Igreja se divide oficialmente em Igreja Católica Apostólica Romana, com sede em Roma, e em Igreja Católica Apostólica Ortodoxa (grega), com sede em Constantinopla.

Do Outro Lado da História

O exército muçulmano havia conquistado vários territórios da Índia e da Europa, principalmente, a Península Ibérica, o sul da Itália, França e as ilhas mediterrâneas. Com as frequentes conquistas, o Império Muçulmano sofreu do processo de gigantismo; como consequência, houve um enfraquecimento militar e político. Em decorrência, os locais mais afastados tornaram-se independentes, ou então, foram recuperados pelos seus inimigos bizantinos, francos e reinos-godos.

Essa desagregação se acentuou no século X, pela influência de grupos mercenários que haviam se convertido ao islã, na tentativa de criar reinos separados. Na contramão desse processo, os turcos seljúcidas (não confundir com os turcos otomanos antepassados dos criadores do atual estado da Turquia), impedem esse processo de separação e conseguem unificar boa parte desse território. Tornam-se ferrenhos inimigos dos cristãos, esmagando as forças bizantinas em Mantzikert, em 1071, conquistando assim o leste de Anatólia e Jerusalém em 1078.

Durante dois séculos (X e XI) de expansão, o Império Bizantino enfrenta sérias dificuldades, devido às revoltas de nômades, ao norte de suas fronteiras, além das perdas dos territórios da Península Itálica, que foram conquistados pelos normandos. Internamente, com a expansão de pequenos campesinatos, ocorreu uma diminuição na arrecadação dos tributos, além de uma diminuição de recursos humanos disponíveis ao Império. Diante desse contexto, o Imperador Aleixo I Comneno decidiu pedir ajuda militar ao Ocidente para fazer frente à ameaça seljúcida, já que os mesmos tinham tomado Jerusalém, em 1078, e, provavelmente, Constantinopla seria o seu próximo alvo.

Em 27 de janeiro de 1095, no concílio de Clermonte, o papa Urbano II motiva os nobres franceses a libertar a Terra Santa do jugo dos turcos seljúcidas, para

que ali, mais uma vez, a soberania cristã fosse instalada definitivamente. Essa expedição militar seria uma forma de penitência para todos os fiéis da Igreja Romana. O entusiasmo foi grande, diante do novo desafio apresentado pelo papa. Usando uma cruz vermelha sobre um manto branco (daí o nome “cruzados”), os fiéis partiram em direção a Jerusalém. Assim começavam as Cruzadas.

As Cruzadas

Com a tomada de Jerusalém, pelos turcos seljúcidas, em 1071, a Igreja Católica Romana e, conseqüentemente, a fé cristã tornam-se ameaçadas e enfraquecidas, uma vez que a Terra Santa, principalmente Jerusalém, está sob o jugo muçulmano.

Mesmo sob o domínio dos muçulmanos, Jerusalém recebia seus peregrinos cristãos quase sem nenhuma oposição dos conquistadores; o que havia, na verdade, eram alguns desentendimentos entre pequenos grupos religiosos; quando os peregrinos cristãos iam visitá-la, sofriam assaltos de bandoleiros turcos, situação que se agrava, mesmo depois da sua reconquista pela Cruzada de 1099.

A idéia de libertação dos lugares religiosos tradicionais, como o Santo Sepulcro, transformou-se em bandeira de luta desse movimento. Essas expedições já eram solicitadas pelos imperadores bizantinos, que necessitavam de auxílio do Ocidente para conter o avanço dos turcos seljúcidas sobre seu território. A Igreja Católica acabou assumindo a liderança do movimento cruzadista, ambicionando reafirmar-se no Oriente. Alcançaria assim seu ideal de reunificação das duas Igrejas, anulando a autonomia da Igreja Ortodoxa naquela região.

Inegavelmente, a religiosidade do homem medieval foi um fator determinante para a organização das Cruzadas. Outros fatores, como a marginalização decorrente do crescimento demográfico e a persistência do direito de primogenitura, foram igualmente importantes na constituição desse movimento. Segundo esse direito, apenas o filho mais velho do senhor feudal herdava as terras e os títulos paternos, restando aos outros filhos apenas as alternativas de se tornarem vassalos de outro senhor, ingressar nos quadros eclesiásticos, ou partir, como cavaleiros, em busca de aventuras e conquistas.

Para os setores marginalizados, não incorporados ao processo de produção, e para os nobres sem feudos, as Cruzadas representavam, então, uma oportunidade de aventura e, eventualmente, de enriquecimento.

A Europa, nesse período, (século XI) vivia momentos difíceis, tanto no plano econômico, como socialmente, sob o domínio do senhor feudal. Os pobres cada vez mais se tornavam pobres, e o senhor do feudo não dispunha de meios para manter o seu “status quo”.

Com relação à religião, na Europa Ocidental, todos os homens se autodefiniam como cristãos, portanto, se consideravam completos servidores de Deus.

Em Jerusalém, além dos problemas locais entre muçulmanos e cristãos, havia também os saques e opressões por marginais, contra os peregrinos que se dirigiam à Cidade Santa. Usando esses fatos como pretexto, o papa Urbano II fez com que os cristãos lutassem contra os “inimigos” de Cristo, prometendo a todos os homens que se empenhassem por essa causa “nobre” a concessão das indulgências.

É no bojo dessa situação que surge a primeira Cruzada. Como na época não existiam Igrejas nacionais, até mesmo porque não havia essa questão da nacionalidade demarcada territorialmente, a Igreja Católica do Ocidente vê nas Cruzadas uma forma de ampliar os seus domínios, expandindo o Cristianismo, consolidando-se definitivamente nos territórios palestinos, principalmente Jerusalém, até então, sob o domínio muçulmano. Dessa forma, combater os infiéis, com a intenção de reconquistar a Cidade Santa, era uma das atitudes incentivadas pela Igreja Romana.

Usando como pretexto o avanço dos turcos seljúcidas no território bizantino, além dos constantes saques aos peregrinos cristãos, o papa Urbano II, em um discurso proferido no concílio de Clermont, em 1095, conclamou os fiéis a se integrarem ao movimento cruzadista. Esse discurso expressa claramente as intenções da Igreja, bem como os problemas que afetavam a Europa no século XI.

Deixai os que outrora estavam acostumados a se baterem, impiedosamente, contra os fiéis, em guerras particulares, lutarem contra os infiéis [...]. Deixai os que até aqui foram ladrões, tornarem-se soldados. Deixai aqueles, que outrora se bateram contra seus irmãos e parentes, lutarem agora contra os bárbaros, como devem. Deixai os que outrora foram mercenários, a baixos salários, recebam agora a recompensa eterna. Uma vez que a terra que vós habitais, fechada de todos os lados pelo mar e circundada por picos de montanhas, é demasiadamente pequena à vossa grande população: sua riqueza não abunda, mal fornece o alimento necessário aos seus cultivadores [...] tomai o caminho do Santo Sepulcro; arrebatái aquela terra à raça perversa e submetei-a a vós mesmo. Essa terra em que, como diz a Escritura, ‘jorra leite e mel’ foi dada por Deus aos filhos de Israel. Jerusalém é o umbigo do mundo; a terra é mais que todas frutífera, como um novo paraíso de deleites (Vicentino, 2002, p. 138).

Em 1097, o papa Urbano II forma, então, a primeira Cruzada com destino à Palestina, com a finalidade de “salvar” a Terra Santa, mais precisamente Jerusalém, do jugo dos infiéis pagãos, os turcos

muçulmanos. Estava evidente que o derramamento de sangue de ambos os lados seria inevitável.

Em 1099, os cavaleiros cruzados conquistam Jerusalém, além de outros territórios circunvizinhos do Oriente. Foi uma batalha sangrenta, que durou três dias, com muitas baixas em ambos os lados, morrendo em torno de setenta mil pessoas, entre cristãos e muçulmanos. Inclusive, há relatos de que houve um massacre com uma investida à mesquita de al-Aqsa, onde muitas vítimas eram, segundo Silva (2002, p. 13), “imãs (espécie de puxadores de reza) e estudantes muçulmanos, homens devotos e ascetas que abandonaram suas terras de origem para viverem na Terra Santa em piedade e reclusão”.

A partir de então, as armas passam a ser a única forma de impor a fé em Cristo, o único meio de fazer com que os infiéis se convertam, ou então, o veredicto é a morte, em nome de Jesus. No afã da fé, todo guerreiro cristão desejava a sua própria morte em combate por Cristo. Essa ideia de bravura já era cultuada por algumas ordens religiosas, principalmente as dos Jom-Vikings. Um guerreiro cristão não devia deixar de ser amável, diligente, piedoso e preferir a própria morte à desonra.

ORDEM DOS TEMPLÁRIOS

Em 18 de julho de 1100, Balduíno I tornou-se rei de Jerusalém, por ocasião da morte do seu irmão Godofredo de Bouillon, deixando como herança um reino caótico. Com a ação da Cruzada de 1099, Jerusalém fora reconquistada, no entanto, logo após o inverno que se seguiu à campanha militar, muitos desses cruzados voltaram para suas terras na Europa Ocidental, gerando certa fragilidade no sistema de defesa do reino, por insuficiência do contingente de soldados.

Embora consolidado, o Reino Latino necessitava de um governo estável, com um sistema de tributação, além de uma defesa segura, ao longo de suas fronteiras, uma vez que, ao redor das cidades recém-conquistadas, não havia segurança, devido aos constantes ataques dos bandoleiros muçulmanos, principalmente aos peregrinos que para ali se dirigiam.

Jerusalém era uma cidade completamente isolada, de Antioquia até Edessa, ao norte, por pequenos emirados (Estado ou região governada por um emir) muçulmanos, de forma que toda a tentativa de se criar um caminho terrestre da Europa até aquela cidade, em 1101, fracassou, tornando o reino ainda mais isolado.

É essa a situação com que se depara Balduíno I, ao assumir o trono de Jerusalém. O império estava disperso, a região era montanhosa, situada no centro da Palestina, numa região hostil, onde se registrava a presença de pequenos bandos de cavaleiros sem lei e mercenários nativos sem nenhuma confiança.

Balduino I ainda tinha outro problema de grande dimensão: a fortaleza muçulmana de Ascalão, que abrigava bandos que atacavam constantemente os viajantes na estrada entre Jafa e Jerusalém. É nessa situação de instabilidade e insegurança governamental que a ideia da criação dos Cavaleiros Templários pode ser compreendida.

Em 1118, Jerusalém ficou totalmente sob o domínio dos cristãos, entretanto, não significava que os problemas da região haviam se acabado; pelo contrário, principalmente os ataques aos peregrinos que se dirigiam à Terra Santa se acentuaram cada vez mais. É sob esse cenário que Hugh de Payens, Godofredo de Saint Omer e mais sete veteranos da primeira Cruzada, se dirigiram ao rei de Jerusalém Balduíno II (sucessor de seu primo Balduino I, que morrera em 2 de abril de 1118), pedindo apoio para a fundação de uma Ordem de monges guerreiros, com a principal finalidade de proteger e dar segurança aos peregrinos que transitavam entre a Europa e os territórios cristãos do Oriente. O rei lhes dá total apoio, além de lhes oferecer um local modesto para abrigo, que ficava ao lado da mesquita de Al-Aqsa, onde outrora fora o Templo de Salomão, fato este que tornou conhecidos todos os membros da nova Ordem como Cavaleiros Templários. Eles utilizavam como símbolo um cavalo montado por dois cavaleiros e, por fazerem votos de pobreza, obediência e castidade, ficaram conhecidos, também, como os Pobres Cavaleiros de Cristo.

Há quem diga que a criação da Ordem dos Templários deve-se a um grupo de trinta e não, de nove cavaleiros, sob a liderança de Hugh de Payens, que deram origem à nova Ordem, com a finalidade de dar proteção aos peregrinos. Os prováveis nomes mais importantes desses cavaleiros eram: Hugh de Payens, Godofredo de Saint-Omer, André de Montbard, Gundomar, Godefroy, Roral, Geoffrey Bisol, Payen de Montdésir, Archambaud de Saint-Aignan. A historiografia mais tradicional afirma que foram eles que conceberam e puseram em prática um plano para fundar uma nova ordem militar. Segundo Burman (2005, p. 19), a data da fundação ocorrera nove anos antes do Concílio de Troyes, quando lhes estabeleceram uma Regra. Como esse Concílio aconteceu em 1128, a provável data de fundação seria 1119, que é aceita pela maioria dos historiadores recentes dos Templários.

O Concílio de Troyes, no início de janeiro 1128, por iniciativa de São Bernardo, tinha como objetivo principal estudar as reivindicações da Ordem dos Templários, representados por Hugh de Payens e André de Montbard. A sua motivação, provavelmente, tenha sido devido ao pedido solicitado, através de uma carta, por Balduino II, rei de Jerusalém, a São Bernardo, para que a Ordem fosse reconhecida pela Igreja, com o total apoio do papa.

Decerto essa carta foi elaborada antes da morte de Balduino II, ocorrida em 15 de outubro de 1126. Parte dela foi citada por Burman (2005, p. 23): “Os irmãos Templários, que Deus criou para a defesa de nossa província e aos quais concedeu proteção especial, desejam obter aprovação apostólica e também uma regra para governar suas vidas”.

Nesse Concílio, por ordem do papa Honório II e de Estêvão, patriarca de Jerusalém, foi criada uma regra para a nova Ordem, contendo setenta e dois artigos, a qual foi elaborada por São Bernardo, o patrono dos Templários, como também lhes fora dado o direito de usar um hábito branco. Entretanto, somente a partir de 27 de abril de 1147, o papa Eugênio III concedeu-lhes o direito de usar uma cruz vermelha sobre os hábitos, com uma base de conduta extraída do Livro dos Salmos: “Non nobis, Domine, non nobis, sed nomini tuo da gloriam” (Sl.115,1) que significa: “Não a nós, Senhor, não a nós, mas ao Vosso nome dai a glória”. Estava assim reconhecida a Ordem dos Cavaleiros Templários, com uma regra própria de conduta religiosa e militar.

Logo após o Concílio de Troyes, a nova Ordem se expande por toda a Europa, principalmente na França. A campanha de recrutamento durou vários anos, engrossando suas fileiras com grande número de novos cavaleiros, por volta do ano de 1133. Mas foi a partir de 1139, que o seu poder se tornou tão forte, período em que o papa Inocêncio II emitiu a bula papal *Omne Datum Optimum*, (março de 1139), dando aos Templários a autonomia de ação, com total independência em relação às autoridades eclesiásticas, ou secular, em toda a jurisdição em que atuavam, devendo, portanto, obediência somente ao supremo pontífice.

Não fora somente Inocêncio II que emitira uma bula papal apoiando os Templários. A bula *Omne Datum Optimum* foi repetida, com certa frequência, no século seguinte. Celestino II, que sucedera ao papa Inocêncio II, também promulgou a bula *Milites Templi*, em 9 de janeiro de 1144, concedendo indulgências a benfeitores da Ordem do Templo, como também, davam-lhes permissão para realizar uma coleta de dinheiro em suas igrejas, uma vez por ano. Com a eleição de Eugênio III, como pontífice, em 15 de fevereiro de 1145, amigo e discípulo de São Bernardo, a Ordem dos Templários, também, é favorecida. Depois de ter sido aconselhado por São Bernardo, Eugênio III emite uma bula, a *Militia Dei*, que foi promulgada em 7 de abril de 1145, sendo que, em junho do mesmo ano, ele renovou a *Milites Templi*, promulgada por Celestino II. A *Militia Dei* dava direito aos Cavaleiros do Templo de construir suas próprias capelas e enterrar os seus mortos nos cemitérios dessas capelas, independentemente de qualquer aval da autoridade eclesiástica.

Dessa forma, em 1147, os Cavaleiros Templários estavam completamente fortalecidos e estabelecidos como uma importante ordem militar, tanto na Terra Santa como na Europa Ocidental. Burman (2005, p. 60), relata que eles “possuíam uma Regra, uma forma característica de se vestir, uma estrutura hierárquica bem definida, riqueza e terras por toda a Cristandade”.

Nesse mesmo ano, esses Cavaleiros adquirem fama como ordem militar, depois de importante ação durante a II Cruzada, liderada por Luís VII, partindo da França para a Terra Santa, com o total apoio e a bênção de São Bernardo e de Eugênio III.

Em novembro de 1144, a cidade de Edessa, após um cerco de quase quatro semanas, fora tomada por Imad ad-Din Zengi, filho do ex-governador de Alepo, que se autodesignava defensor do Islã. Zengi era o governador de Mosul para o príncipe seljúcida Alp Arslan, mas com esse triunfo foi nomeado rei e conquistador pelo próprio califa. A notícia da queda de Edessa se espalhou por toda a Europa como um golpe traumático para os cristãos europeus ocidentais. Esse fato parece ter sido o primeiro indício da desintegração dos estados (territórios) cruzados, conquistados pela primeira Cruzada meio século antes.

O papa Eugênio III toma conhecimento do ocorrido e organiza uma nova Cruzada. O rei Luiz VII, da França, foi o líder escolhido pelo pontífice, como forma de reconhecimento pelos constantes apoios recebidos do monarca. A mobilização da Segunda Cruzada fora pregada por São Bernardo, que era o mentor espiritual de Eugênio III, e conselheiro espiritual do rei. No dia 31 de março de 1146, em Vézelay, São Bernardo fez um discurso em público incentivando todos a comporem a Cruzada em marcha contra os inimigos de Cristo. É bem provável que o teor desse discurso tenha sido o seguinte:

Na verdade, os cavaleiros de Cristo travam as batalhas para seu Senhor com segurança, sem temor de ter pecado ao matar o inimigo, nem temendo o perigo de sua própria morte, visto que causando a morte, ou morrendo quando em nome de Cristo, nada praticam de criminoso, sendo antes merecedores de gloriosa recompensa. Assim, sendo, por Cristo! E então, Cristo será alcançado. Aquele quem verdade, provoca livremente a morte de seu inimigo como um ato de vingança mais prontamente encontra consolo em sua condição de soldado de Cristo. O soldado de Cristo mata com segurança e morre com mais segurança ainda. Serve aos seus próprios interesses ao morrer e aos interesses de Cristo ao matar! Não é sem razão que ele empunha a espada! É um instrumento de Deus para o castigo dos malfeitores e para a defesa do justo. Na verdade, quando mata um malfeitor, isso não é um homicídio, mas um malicídio [sic] e ele é considerado um carrasco legal de Cristo contra os malfeitores (Silva, 1977, p.12).

Na primavera de 1148, os Templários se destacam por terem desempenhado uma decisiva e importante ação militar. Apesar de exitosa a participação dos Templários, a campanha militar da Segunda Cruzada fora um desastre. De um modo geral, as tropas eram indisciplinadas, com exceção das Templárias, que tinham uma disciplina muito rígida e os seus cavaleiros eram fiéis obedientes aos líderes. Esse e outros motivos contribuíram para o fracasso dessa Cruzada, que chegou ao fim em 1149. Edessa não fora reconquistada e nenhuma outra parte do Reino de Jerusalém; dessa forma, o reino ficou em uma posição política enfraquecida. Em suma, a Segunda Cruzada foi segundo Burman (2005, p. 70), “conduzida a nada por seus líderes, com sua truculência, sua ignorância e sua insensatez ineficaz”.

Enriquecimento da Ordem

O pilar do enriquecimento da Ordem dos Templários se originou de suas propriedades. Foi a administração dessas terras, fazendas e domínios feudais por toda a Europa que gerou enormes quantias de dinheiro, além dos rendimentos que a Ordem ganhava pelas atividades na Terra Santa. Como inicialmente a sua principal função era proteger os peregrinos, a sua ação, nesse sentido, tornou-se motivo de financiamento (empréstimos) para aqueles que desejavam maior segurança na sua peregrinação.

Na verdade, um dos primeiros exemplos documentados de uma transação financeira templária diz respeito a um empréstimo feito para que um certo Petre Desde pudesse fazer uma peregrinação. Em 1135, Petre, de Saragoza, na Espanha, fez empréstimo de dinheiro para viajar até o Santo Sepulcro, em Jerusalém, prometendo, em troca, deixar seus “cavalos, terras e vinhedos e hortas” para os Templários quando morresse (Burman, 2005, p. 99).

Observa-se, portanto, que, na verdade, os Templários não estavam praticando nenhum ato de caridade, mas sim, aceitando todas as propriedades como doação, em caráter definitivo, em troca de um adiantamento daqueles que desejavam visitar a Terra Santa. Cabe aqui, também, registrar o caso de um padre chamado Gerald de Novillas que fez uma doação aos Templários, com a condição de que eles lhe emprestassem dinheiro e lhe fornecessem cavalo, caso decidisse partir em peregrinação. Assim, os Templários iam conquistando riquezas por esses serviços prestados aos pretensos peregrinos.

Outro fator também marcante no enriquecimento da Ordem do Templo foram as doações feitas para defender o reino de Jerusalém, ou em defesa da Terra Santa. No primeiro caso, Henrique II, em 1182, deixou cinco mil marcos de prata para a Ordem, em seu testamento, além de cinco mil para que eles fizessem a

defesa do reino de Jerusalém. No segundo caso, em 1239, o patriarca de Jerusalém deixou dezesseis mil besantes para serem usados na defesa da Terra Santa. Sabe-se, também, que outras doações em dinheiro foram legadas a eles, por papas e reis, ao longo de sua trajetória.

Em um determinado período, os Templários possuíam a sua própria frota, com finalidade comercial, para o transporte de peregrinos, como também com o objetivo de abastecer suas próprias tropas na Terra Santa. Mesmo sendo muito difícil demarcar a sua história, durante o século XII, nota-se, porém, que a atuação deles como financistas, mercadores e expedidores, foi marcante.

Por possuírem abrigos totalmente seguros para a época, além da possibilidade de transferir todo o tesouro a eles confiados, nos casos extremos de perigo, esses abrigos tornaram-se locais ideais para a guarda de valores. O Templo de Londres, por exemplo, em 1185, foi usado para se fazer um depósito do tesouro real, o que indica que, nesse período, a Ordem já era uma potência financeira importante, sendo, assim, os precursores medievais do Banco da Inglaterra. O Templo de Jerusalém foi usado, também, como cofre de segurança.

A Ordem dos Cavaleiros Templários era uma potência militar, econômica e de caráter religioso. Durante sua trajetória, soube utilizar toda a sua destreza para a guerra e para o comércio, como também para prestar serviços como financiadora de reis e papas. Fora eficaz ao explorar, com competência, sua riqueza e inovar uma forma de capitalização, sendo seus membros, capitalistas medievais, tanto na Europa Ocidental, como Oriental e na Terra Santa. Pode-se afirmar que, como todos os bons empreendedores, eles estavam posicionados no lugar certo e na hora certa. Nota-se, porém, que eles infringiam uma das regras que a Igreja já preconizava: ser contra usura.

Na formação da Segunda Cruzada, conhecida como a Cruzada dos reis, proclamada pelo papa Eugênio III, que ocorreu entre 1147 e 1149, o rei Luís VII, como líder, tomou empréstimos aos Templários com o intuito de financiar os cruzados. Os Templários eram financiadores reais do trono da França, tornando-se indispensáveis para o trono francês, desde Filipe Augusto (1180-1223) até Filipe IV, o Belo, (1285-1314), sendo, portanto, o Templo de Paris o centro financeiro da França, muito mais importante que o Templo de Londres na Inglaterra.

Durante os dois séculos de sua existência, como verdadeiros “banqueiros medievais”, chegaram a financiar papas e reis poderosos. Na batalha contra Saladino (terceira Cruzada 1189-1192), os Templários foram os principais financiadores da Santa Sé. O indício dessa afirmação é encontrado em Burman (2005, p. 110), quando diz: “Portanto, não constitui exagero dizer que o tesouro do templo foi, durante todo o século XIII, o escritório do caixa onde eram concentrados e

administrados os recursos financeiros das Cruzadas e as várias necessidades da Terra Santa”.

Uma Rede de Intrigas

O rei Filipe IV, o Belo, devia grande quantia em dinheiro aos Templários, dívida esta contraída, também, por seus antecessores, através de empréstimos para financiar guerras. Há rumores de que, em 1307, o rei pretendia ser um dos membros da Ordem dos Templários; como era muito ambicioso, logo foi rejeitado, sem qualquer explicação. Sendo ele um governante de um reino muito poderoso, (considerava-se quase divino), como então, se atreviam a recusá-lo? Provavelmente esse fato tenha lhe causado um grande desgosto e, posteriormente, gerado conseqüências nefastas aos Templários, em virtude dessa rejeição.

Como o rei Filipe precisava de dinheiro para manter o seu exército regular, bem como os mercenários que o mantinham no poder, determinou, então, a cobrança de impostos ao clero francês. Indignado com a insolência do rei, o papa Bonifácio VIII, respondeu a Filipe que não se submeteria à tal deliberação, e o ameaçou com a pena de excomunhão, estendendo-a a todos aqueles que quisessem taxar a Igreja e o clero, sem sua autorização. Recuando da decisão de cobrar impostos, o rei, reavaliando o poder do papa limitou-se a proibir a saída de dinheiro e objetos preciosos da França, impedindo, de certa forma, que toda a arrecadação da Igreja fosse para o Vaticano. Para legitimar tal decisão, seria necessário, entretanto, documentá-la. Então, o rei convoca uma assembleia do povo, chamada Estados Gerais, com a participação de representantes de todas as classes sociais aliadas a ele, a fim de que um documento fosse redigido, assinado e, posteriormente, publicado, tornando legítimas as suas deliberações.

3.

O advogado Guilherme de Nogaret, professor de direito da Universidade de Montpelier, como representante da burguesia, durante a assembleia, pediu a palavra e falou para o rei que a única maneira de ter a Igreja ao seu lado, seria ter um papa francês. A proposta surpreendeu todos os presentes, inclusive o rei Filipe. No entanto, ele designou o próprio Nogaret para encontrar um meio de afastar Bonifácio VIII do comando da Igreja. A fundamentação em que Nogaret se embasou era a de que a eleição do papa teria sido ilegal, uma vez que o seu antecessor, São Celestino V, não havia renunciado e nem morrido.

Depois de tudo arquitetado, contando com o apoio de parte do clero francês, fiel ao rei, e com uma guarda de mercenários, Nogaret prendeu Bonifácio VIII, em Anagni, para onde o pontífice tinha fugido, depois que soube da trama entre o rei e seu advogado. Afastado do trono, o papa morre aos 86 anos de idade, por não resistir a essa grande humilhação.

Para suceder Bonifácio VIII, assume Nicolau Bocalini, adotando o nome de Bento XI. Era um homem simples e sem nenhum perfil para o cargo ora ocupado. Poucos meses depois, ele morre envenenado, cuja morte é atribuída a mais uma das tramoias de Nogaret.

Com a vacância papal, o rei Filipe arquiteta um plano para que o próximo papa fosse um homem do clero francês, de sua inteira confiança. Juntamente com seus conselheiros e com soldados bem armados, além de muito ouro, o rei, procurando influenciar na decisão do Conclave, dirige-se para Perúgia, na Itália, onde seria eleito o próximo pontífice. Com a sua influência, consegue eleger para o comando da Igreja um francês, o arcebispo de Bordéus, Bertrand de Got, com o título de Clemente V. Depois de eleito, ele transfere imediatamente o papado para Avinhão, no sul da França, como desejava o rei Filipe, período este compreendido entre os anos de 1309 a 1377, que ficou conhecido como o Cativoiro da Babilônia.

Entre os anos de 1378 a 1409, a Igreja teve dois papas, um com residência em Avinhão, e outro em Roma. Entre os anos de 1409 a 1417, a Igreja passou a ter três papas, que viviam se excomungando constantemente. Só a partir de 11 de novembro de 1417, com a eleição de Odo Colonna, Martinho V, deu-se por encerrado o grande cisma do Ocidente, sendo restabelecida a unidade da Igreja, com sede em Roma.

Após a eleição de Clemente V, o rei Filipe apresentou-lhe seis pedidos, que, arditosamente, os chamou de “graças”, sendo elas:

Que o papa reconciliasse Filipe com a Igreja;
Que lhe fosse restituída a Comunhão, bem como aos seus familiares;

Que por cinco anos a Igreja concedesse um dízimo à França;

Que a memória do papa Bonifácio fosse abolida;

Que fosse restituída a dignidade de cardeal a alguns amigos do rei.

Clemente V, ouviu em silêncio e, após, falou: “Vossa Alteza me pediu seis graças e não referiu qual seria a sexta”. Filipe, mostrando-se despreocupado, respondeu: “Falar-vos-ei dela, em tempo e lugar competentes” (Gomes, 2001, p. 71 e 72).

Um ano antes de solicitar a extinção da Ordem, o rei Filipe se refugiara num castelo Templário, onde fora recebido pelo Grão Mestre Jacques de Molay, com todas as honrarias reais. Lá fora, havia uma sublevação popular contra ele; não obstante, os Templários receberam-no, acolheram-no e deram-lhe proteção contra o levante, porém se recusaram a lutar contra os revoltosos, com as tropas reais, devido a um juramento que tinham feito de não se intrometerem nos assuntos políticos da França. Diante do ocorrido, é provável que, nesse dia, tenha germinado na mente do rei a ideia de apropriar-se das

riquezas dos Templários, uma vez que as finanças do Reino iam mal, devido ao débito contraído para financiar guerras.

Por outro lado, mesmo contando com a proteção direta do papa, os Templários vinham sendo repreendidos, desde o tempo do papado de Inocêncio III, que se mostrou sempre pronto a criticar a Ordem, quando era necessário. No concílio de 1179, durante o pontificado de Alexandre III, a Ordem fora chamada a atenção e acusada de incentivar os irmãos a gozar de privilégios dos quais não tinham direito: sepultar excomungados e admiti-los indevidamente nos sacramentos da Igreja, entre outras acusações. Algumas atitudes tomadas pelos Templários eram severamente rejeitadas pelo clero; como exemplo, pode-se citar o caso de Geoffroi de Mandeville, conde de Essex, que fora excomungado, no entanto, foi recebido pela Ordem, quando estava moribundo e, após a sua morte, enterrado no cemitério do templo.

O ataque mais veemente contra os Templários veio de Inocêncio III, em 1207, prosseguindo com o seu sucessor Honório III, que se colocou contra os sepultamentos de corpos excomungados em cemitérios da Ordem, e repudiava também o orgulho que ostentavam os Templários, fato público e notório. Segundo Inocêncio III, essa soberba descomedida levava-os a abusarem dos privilégios a eles concedidos por papas que o antecederam. Ele também fez acusações à Ordem por falta de respeito aos pontífices; de atos de renúncia a Deus e de escandalizar a Igreja, entre outras imputações. Foram sérias medidas vindas de um papa que, há nove anos, escrevera sobre os Templários, dizendo serem: Nossos muito queridos irmãos.

Devido a essas retaliações, Inocêncio III, ao afirmar que os Templários se curvaram à doutrina dos demônios, dando sua cruz a qualquer pessoa, verifica-se que a bula de Inocêncio forneceu a base para muitas das acusações levantadas contra eles, cem anos depois. Outros papas, como Clemente IV (1265-1268) acusou-os de embuste, de recrutar irmãos servos sem dinheiro, e criticou-os da imensa fortuna e do orgulho existente entre eles. Gregório IX (1271-1276) acusou o Mestre Thomas Berard de depravações não-especificadas, entre tantas outras acusações.

Perseguição e Destruição da Ordem

O rei Filipe tinha a intenção de fundir a Ordem dos Cavaleiros do Templo com a Ordem dos Cavaleiros Hospitalários. Elas seriam fundidas em uma só, sendo que toda a administração ficaria sob o encargo dos Hospitalários; esta última, no entanto, seria dirigida por um dos seus filhos. Então, o rei persuadiu o papa Clemente V a convocar o Grão Mestre Jacques de Molay para uma audiência, e a propor-lhe a fusão das Ordens em questão. De Molay, percebendo a manobra e o real sentido

da proposta, não aceitou, justificando que a medida era contrária aos estatutos da sua Ordem. Essa recusa deixou o papa muito constrangido e, a partir de então, os tribunais da “Santa” Inquisição começaram a receber denúncias contra a Ordem dos Templários.

Filipe, sentindo o momento oportuno para desestabilizar a Ordem, fez então, o sexto pedido, ou seja, a sexta graça: ter a posse do tesouro dos Templários. O papa dá o seu aval ao plano do rei francês e, numa sexta-feira, dia 13 de outubro de 1307, (há controvérsias; alguns historiadores afirmam que ocorreu em agosto, outros afirmam que aconteceu em setembro), Filipe IV ordenou a prisão, de modo surpreendente, dos principais Templários da França; em seguida, decretou o confisco de todos os bens da Ordem. Com o interesse pela riqueza dos Templários, o rei e parte da Igreja francesa manipularam provas, incriminando a Ordem do Templo, levando a julgamento os seus principais líderes. A intenção era apoderar-se de tudo que os Templários possuíam em toda a Europa.

Todo processo acusatório forjado pelo rei, em sua carta enviada ao clero, alicerçava-se na acusação, segundo o relato de Silva (2005, p. 52), de que “os cavaleiros adoravam objetos satânicos, cuspiam na imagem de Jesus Cristo, negavam-se a reconhecer Cristo, beijavam-se mutuamente em seus órgãos genitais, praticavam atos de sodomia e se serviam de meios ilegais para aumentar as riquezas”.

Depois de interrogados, obtidas as confissões sob torturas, a lista final acusatória compreendia 127 acusações, muitas delas repetitivas ou análogas, e que podem ser reduzidas a oito categorias principais, a saber: os membros negavam Cristo, Deus, a Virgem ou os santos, durante uma cerimônia secreta; os membros cometiam uma multiplicidade de atos sacrílegos sobre a cruz ou a imagem de Cristo; os membros praticavam beijos obscenos; os membros incentivavam e permitiam a prática da sodomia; os padres da Ordem não consagravam a Hóstia; os membros não acreditavam nos sacramentos; os membros praticavam vários tipos de idolatria; o Mestre, ou outros dignitários, absolviam os irmãos de seus pecados. O que chama muito a atenção é que, no contexto dos julgamentos por bruxaria, na época, todas essas acusações eram bastante conhecidas; assim, elas não passavam de um carimbo acusatório com o intuito de incriminar a Ordem diante da “Santa” Inquisição, sem meios de defesa.

Jacques de Molay, como sendo o Grão Mestre da Ordem, foi o principal acusado. Ele confessou, sob horríveis torturas, todas as acusações a ele imputadas: que era preciso escarrar na cruz para ingressar na Ordem; que seus iniciados adoravam um ídolo com cabeça de gato; que, na verdade, não amavam a Deus, mas ao diabo.

Em março de 1314, Jacques de Molay vai a julgamento, juntamente com outros chefes Templários. Ele é levado à igreja de Notre Dame, ocasião em que três cardeais o acusaram de crimes, que eram, de praxe, usados pela Inquisição para condenar os ditos réus: heresia, sacrilégio, usura, perjúrio e sodomia. Como Jacques de Molay, através da confissão, tinha admitido a sua culpa, os inquisidores mostraram-se dispostos a poupar-lhe a vida. A sentença foi a prisão perpétua. Após o veredicto, DeMolay fez um dramático pronunciamento:

Penso verdadeiramente que neste solene momento eu deva proferir toda a verdade. Ante o céu e a terra, e com todos vocês aqui como minhas testemunhas, eu admito que sou culpado da mais grotesca das iniquidades. Mas essa iniquidade foi eu ter mentido ao ter admitido as acusações emitidas contra a Ordem dos Templários. Declaro que a Ordem está inocente. A sua pureza e santidade estão acima de qualquer suspeita. Eu admiti de fato que a Ordem era culpada. Mas unicamente assim agi para evitar contra mim as terríveis torturas (Gomes, 2001, p. 75 e 76).

Prosseguindo, disse ainda: “A vida foi-me oferecida, mas pelo preço da infâmia. Por este preço, a vida não vale a pena ser vivida”. Diante dessa declaração, a sentença de prisão perpétua, proferida anteriormente, foi anulada, sendo, o réu, condenado a morrer na fogueira. Logo após a leitura do veredicto, Jaques de Molay grita: “É mentira! a minha confissão foi arrancada sob tortura, eu sou inocente”.

No dia 18 de março de 1314, Jacques de Molay e Geoffroi de Charney morreram_queimados na fogueira declarando inocência. Foram amarrados em cadeiras, especialmente preparadas para a execução, com correntes, que as suspendiam e as baixavam, para que a morte ocorresse lentamente. Com eles, foram sacrificados ao todo quarenta e quatro templários. Símbolo de fidelidade e bravura, Jacques de Molay morre, sem trair os princípios da Ordem do Templo. Por esse motivo, a Maçonaria o homenageia com a Ordem Paramaçônica: Ordem DeMolay.

Um fato curioso chama a atenção de todos aqueles que buscam entender os desígnios da Providência Divina. Há relatos de que, logo que acenderam a fogueira, Jacques de Molay gritou, com todas as forças que ainda lhe restavam: – Castigo virá do céu. Dentro de um ano, todos vós, (o rei Filipe, o papa Clemente V e o ministro Nogaret), todos vós tereis o castigo de Deus! Malditos! Malditos! Todos malditos até a décima terceira geração de vossas raças.

Filipe, da janela de seu palácio, comentou com seus ministros: – Cometi um erro! “Deveria ter mandado arrancar-lhe a língua antes de queimá-lo”.

Decorridos trinta e três dias da morte dos Templários, o rei Filipe recebe a notícia de que o papa Clemente V havia morrido. O rei olhou para Nogaret e falou que tudo não passava de tolices e de mera coincidência. Na mesma semana, morre Nogaret envenenado por uma vela com sulfocianureto de mercúrio, feita por Evrard, antigo Templário. Em novembro de 1314, durante uma caçada, morre o rei Filipe, provavelmente, acometido de derrame cerebral.

Filipe morreu sem nunca ter encontrado o tesouro da Ordem. Com a devassa imposta aos Templários, sendo eles profundos conhecedores dos canais que compunham o sistema de galerias da capital francesa, escoaram toda a riqueza, escondendo-a em vários países da Europa.

Naquela fatídica sexta-feira, 13 de outubro de 1307, com a prisão de Jacques de Molay, muitos Templários franceses se espalharam pela Europa, fugindo principalmente para a Escócia. Filipe IV tinha destruído a forma física, visível do templo, a sua aparência no templo do homem, mas não pôde destruir o Templo Espiritual.

A MAÇONARIA

Diz uma lenda que os Templários procuraram se refugiar na Escócia, fugindo da Inquisição, até mesmo porque o próprio rei Robert de Bruce fora excomungado pelo papa Clemente V, em 1307, e, em desobediência ao pontífice, não perseguiu a Ordem. É o que se pode constatar, quando se observa o número de mortes de Templários ocorridas naquele país, que se restringiu a dois casos apenas, ambas, de ingleses.

Nesse período, os escoceses estavam lutando contra a Inglaterra pela sua independência; como reconhecimento, pela acolhida dada aos Templários, estes lutaram ao lado dos escoceses. Em continuação ao que é lendário, alguns historiadores relatam fatos que ligam o rei Bruce aos Templários, sendo o mais famoso o relato de que esses cavaleiros teriam ajudado o rei na batalha de Bannockburn, ocorrida no ano de 1314, batalha esta que foi decisiva na questão da soberania escocesa, consolidando a sua independência.

Há indícios, também, que, chegando à Escócia, os Templários remanescentes da França, se infiltraram nas guildas dos pedreiros livres da época, pelas quais foram acolhidos e admitidos como membros, dessa forma, escapando das perseguições da Igreja. Embora estivessem distante dos tentáculos da Inquisição e do rei Filipe, sempre havia o medo de que pudessem ser descobertos e considerados novamente traidores. Por isso teriam se valido de seus conhecimentos da arquitetura sagrada, obtidos na Terra Santa, e assumiram um novo disfarce: o de pedreiros livres.

Os vestígios da presença dos Templários nas guildas dos pedreiros se revelam na arquitetura das catedrais existentes na Escócia, construídas em estilo gótico, que apresentam uma variedade de figuras místicas gravadas em suas paredes, cujo significado é desconhecido até hoje, e lembra muito os símbolos usados por eles. O aparecimento da arquitetura gótica, que deveria ser resultante de um longo processo, ocorreu de forma repentina, atribuída, portanto, aos Templários.

Acredita-se que esse conhecimento é proveniente da planta do Templo de Salomão. Os indícios que induzem a acreditar nessa hipótese é que, até hoje, as colunas que são reproduzidas em algumas obras, como exemplo, a Capela de Rosslyn, são similares às colunas que existiam na entrada do Templo Sagrado. Curiosamente se observa a mesma configuração nas entradas de qualquer Loja Maçônica, como também, ao adentrar no Templo Maçônico, verifica-se que a planta possui a mesma disposição do Templo de Salomão. Donde se pode concluir que os Templários foram o elo entre a antiga mística das construções e as Sociedades de Pedreiros Livres (Maçonaria Operativa).

As guildas dos pedreiros livres (maçons medievais) eram formadas por construtores que se reuniam para discutir sobre os seus trabalhos. Esses construtores medievais, conhecidos como pedreiros operativos, para defender os seus interesses classistas, se associavam em guildas; no entanto, eles estavam intimamente ligados ao sistema religioso. As primeiras guildas surgiram na Inglaterra, no final do século IX e início do século X.

Nessa época, já havia a preocupação de se regulamentar o exercício da profissão, com os distintos deveres sociais dos mestres, companheiros e aprendizes, como também, o cumprimento dos deveres religiosos e, em especial, a assistência social aos associados da guilda. O conjunto desses regulamentos, que remontam ao tempo do rei Athelstan, é conhecido como Antigos Deveres.

Acredita-se, no entanto, que a Maçonaria tenha surgido a partir do trabalho desses construtores catedrais medievais, que se reuniam numa guilda própria da “classe”, sendo assim conhecida como a Maçonaria Operativa. Esses construtores (pedreiros) se deslocavam constantemente de canteiros em canteiros (lodges), com a finalidade de se esquivarem da autoridade das corporações, da nobreza e da Igreja, sem compromisso de pagar impostos. Daí surgiu o nome de Pedreiros Livres (freemasons ou franc-maçon), cuja organização se desenvolveu do séc. XII ao XIV.

A Maçonaria e a Igreja Católica

Desde tempos remotos, a Igreja Católica não enxerga na Maçonaria qualquer virtude cristã, imputando-lhe acusações semelhantes àquelas de que teriam sido vítima os Templários em 1307. Há alguns anos, porém, grupos reformistas do Vaticano teriam se manifestado favoráveis à aproximação entre essas duas instituições. Os

anos de perseguição por parte da Igreja, entretanto, ainda se constituem entrave para um relacionamento harmonioso entre ambas, até mesmo, porque, a maioria dos católicos, inclusive alguns padres e bispos, ainda, hoje, continuam acreditando que a Maçonaria é uma religião, e de cunho satânico.

A bula de 1738, promulgada pelo papa Clemente XII, que excomungou a Maçonaria, até hoje, não foi revogada oficialmente. Observa-se, no entanto, que o alto clero dá indícios de uma convivência pacífica com a Ordem Maçônica, porém, até o momento, nada há de concreto, ou seja, nada em que possa se ancorar para que cessem definitivamente as divergências. Até mesmo porque o baixo clero, durante as missas e fora delas, não se cansa de afirmar aos fiéis de que a Maçonaria é incompatível com a fé cristã, muitos deles editando livros, com o objetivo de denegrir a imagem da instituição, como é o caso do padre Jesus Hortal, e do já falecido bispo Dom Boaventura Koppenburg.

A bula “In Eminenti”, promulgada pelo papa Clemente XII, em 28-09-1738, foi indiscutivelmente o primeiro passo para a condenação da Maçonaria. Bento XIV, em 18-05-1751, edita a “Providas”, constando as seis razões de Clemente XII para condenar todos os maçons.

– é que, nas tais sociedades e assembleias secretas, estão filiados indistintamente homens de todos os credos; daí ser evidente a resultante de um grande perigo para a pureza da religião católica;

– é a obrigação estrita do segredo indevassável, pelo qual se oculta tudo que se passa nas assembleias secretas;

– é o juramento pelo qual se comprometem a guardar inviolável segredo, como se fosse permitido a qualquer um apoiar-se numa promessa ou juramento com o fito de furtar-se a prestar declarações ao legítimo poder;

– é que tais sociedades são, reconhecidamente contrárias às sanções civis e canônicas;

– é que, em muitos países, as ditas sociedades e agremiações foram proscritas e eliminadas por leis de princípios seculares;

– é que tais sociedades e agremiações são reprovadas por homens prudentes e honestos. (Gomes, 2001, p.89-90).

Dando prosseguimento, Gomes (2001, p. 91) ainda relata que, sucessivamente, em 1849, 1864, 1865, 1869, 1873 e 1973, os papas Pio IX e Leão XIII produziram, respectivamente, 350 e 600 documentos contra a Maçonaria.

Porém, o que levou a Igreja a editar tantas encíclicas contra a Maçonaria, adveio do que ocorreu no processo de unificação do território italiano. A Itália estava desestabilizada, todo o seu atual território estava retalhado pelo império franco, austríaco e pelos estados pontifícios. Este último detinha em seu poder, na época, em torno de 40.000 Km², ou seja, mais ou menos, 13,6% dos 301.000 km² de todo território italiano. Após a unificação, toda essa área ficou restrita a 440.000 m², por cuja mutilação a Igreja nunca perdeu a Maçonaria.

Durante o processo de unificação da Itália (1848-1870), Camilo Benso (Conde Cavou), um dos comandantes do movimento pela unificação do território italiano, determinou a venda dos feudos da Igreja (mosteiros, seminários e abadias), medida tomada em 1861, que foi considerada anticlerical, e contribuiu enormemente para o descontentamento da Igreja Católica. Ocorre que o Conde Cavou, bem como outros líderes do movimento, a exemplo de Giuseppe Garibaldi, e Giuseppe Mazzini, que eram membros da Carbonária, eram também maçons.

E ainda que o processo de luta pela unificação dos territórios italianos não tenha sido uma causa própria da Maçonaria, e sim, de alguns maçons que eram, também, carbonários, mesmo assim, a Igreja, sentindo-se prejudicada, responsabilizou a Maçonaria pela perda de seus territórios, rejeitando as justificativas dos maçons de que nada tinham a ver com a Carbonária.

Na história da Maçonaria, registram-se vários padres que foram maçons, fato que, talvez, a Igreja não admita, e procure obscurecer essa verdade. A garantia e autenticidade desses fatos, porém, constam dos registros das Grandes Secretarias Gerais da Ordem, em cada Jurisdição Maçônica, entretanto mais efetivamente se verificam, em particular, no Estado do Rio de Janeiro.

A Maçonaria e o Protestantismo

Em 1516 e 1517, Martinho Lutero, monge alemão, fez três sermões atacando a prática das indulgências. Em 31 de outubro de 1517, Lutero prega, na porta da Igreja do Castelo de Wittenberg, as 95 teses condenando, principalmente, a avariza e o paganismo na Igreja, forçando um debate teológico sobre o significado da prática das indulgências. Esse episódio é considerado como o início da Reforma Protestante.

Vários incidentes ocorreram nesse período, mas, a partir de junho de 1518, é que a Igreja Romana abre um processo contra Lutero, após a publicação das suas 95 teses. E, somente em janeiro de 1521, através da bula “Decet Romanum Pontificem”, é que Lutero foi excomungado.

A Dieta de Worms, realizada em janeiro de 1521, teve a sua importância na consolidação da Reforma, a partir do momento em que Lutero não desmentiu as suas teses, mas defendeu-as, e pediu a reforma da Igreja. A partir de então, houve perseguições por parte das autoridades do Sacro Império Romano-Germânico, que, pressionada pela população e pelos luteranos, expulsam e até mesmo assassinam sacerdotes católicos, sendo estes substituídos por religiosos luteranos. Diante desses acontecimentos, a Igreja Católica passa a perseguir os reformistas, aplicando-lhes penas impostas pela

Inquisição, por serem acusados de heresia. A perseguição foi tão intensa que alguns protestantes encontram abrigo seguro e discrição no seio da Maçonaria (uma pesquisa mais apurada sobre esse assunto poderá comprovar, posteriormente, essa afirmação). Caso esse acontecimento tenha ocorrido realmente, o que levaria, então, os protestantes, não somente luteranos, a falarem tão mal da Maçonaria?

A relação da Maçonaria com o Protestantismo é comprovada através de (registros, escritos) sua história, desde 1723, quando foi publicado o primeiro estatuto (Grande Loja de Londres), conhecido mundialmente como “Constituição de Anderson”, por ter sido compilada e redigida pelo reverendo Presbiteriano James Anderson (1680-1739), tendo como prefaciador, o reverendo Anglicano João Teófilo Desagulier (1683-1744). É marcante a influência protestante na Maçonaria, introduzida por esses dois reverendos, no que diz respeito aos princípios da Ordem Maçônica. Observa-se, também, que a Maçonaria se desenvolveu principalmente em países de predominância e influência protestante (Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos), difundindo-se, posteriormente, para o resto do mundo.

Há, no Brasil, várias Lojas Maçônicas que foram fundadas por pastores protestantes. A primeira Igreja Batista, em solo brasileiro, foi fundada em São Paulo, em 10/09/1871, pelo pastor Richard Ratcliff, que fundou também, em 1874, a Loja Maçônica “George Washington”. Antônio Teixeira de Albuquerque foi o primeiro pastor batista brasileiro. O curioso é que ele foi batizado por um pastor que era maçom, sendo consagrado ao Ministério da Palavra no Salão da Loja Maçônica. Cabe aqui ainda fazer o destaque da Loja Maçônica Auxílio à Virtude, fundada em 02/01/1874, na cidade de São Fidélis, no estado do Rio de Janeiro, por um pastor evangélico. Há inúmeras relações entre a Maçonaria e as igrejas protestantes, inclusive, algumas delas tiveram a colaboração financeira dos maçons.

Muitos pastores evangélicos e outros homens de fé, verdadeiros cristãos de várias denominações evangélicas, que também são maçons, não encontram incompatibilidade entre a fé cristã e a prática maçônica. Cabe aqui destacar o maçom e pastor presbiteriano Athos Vieira de Andrade, com vasto currículo maçônico, além de diversas condecorações civis, maçônicas e religiosas. No entanto, existem muitos religiosos ou não, que procuram razões para se opor à Maçonaria, difundindo idéias negativas, algumas delas já bem conhecidas, como: a Maçonaria é de origem diabólica; todos os seus membros pertencem ao demônio; suas reuniões são secretas, entre outras acusações. Há ainda quem diga que a Maçonaria promove a idolatria, quando ela tem “São João da Escócia” ou “São João de Jerusalém” como padroeiro, abrindo os seus trabalhos em seu nome.

Durante séculos, a Ordem Maçônica tem resistido a vários tipos de ataques caluniosos, principalmente de religiosos de todos os credos, embora existam muitos maçons padres e pastores. Os seus membros vêm sofrendo todos os tipos de perseguições físicas, morais e religiosas, desde a sua existência até os dias de hoje. No entanto, resistem a tudo isso com paciência, sabedoria, tolerância, perdão e com amor a Deus e ao próximo.

Sucintamente, a Ordem Maçônica nada mais é que uma instituição formada por homens de todos os credos, sem distinção de raça, ideologia política e nacionalidades. Baseia-se fundamentalmente no amor Fraternal, a Deus, à família, ao próximo, à Pátria e à humanidade. Exercitando a tolerância, a virtude e a sabedoria no transcurso da vida, sem, no entanto, deixar-se levar pela vaidade e sim, pela humildade na busca da verdade, sempre pautada na Igualdade, Liberdade e Fraternidade, para, assim, alcançar uma sociedade mais justa, perfeita e fraterna, onde seus membros se relacionem como verdadeiros irmãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A IGREJA

Não se pretende condenar a Igreja Católica Apostólica Romana pelo que ocorreu na Idade Média, até mesmo porque o pensamento da época, com relação à fé, levava a Igreja a tomar certas medidas ou atitudes que fossem condizentes com a prática religiosa dos seus fiéis. A Inquisição foi uma perseguição às pessoas que pensavam diferente da Igreja, ou que professavam uma fé contrária ao Catolicismo. A imposição, pela força, à cristandade era prática constante; a violência, e não o amor, era o modo de impor a palavra de Deus como forma de evangelizar. Dobrar os ímpios, subjugar todos que professassem uma fé diferente, através da violência, era de praxe. Perseguir os pagãos e/ou hereges era uma conduta normal. A sua finalidade passava pela compreensão de salvar essas almas perdidas, convertendo-as ao evangelho de Cristo. As indulgências eram uma forma de salvaguardar um lugar seguro no reino de Deus, que só era fornecido aos cristãos que professassem a fé sem sombra de dúvidas.

Essa página vergonhosa na história da Igreja deve ser esquecida até mesmo porque faz parte de um passado muito sombrio para todos os cristãos, quer sejam eclesiais ou um simples leigo. Os erros cometidos já foram reconhecidos pelo papa João Paulo II, através do seu pedido de perdão, em 2000, pela omissão da Igreja sobre o holocausto do povo judeu, sobre as Cruzadas, a Inquisição, a discriminação contra a mulher, tráfico negreiro e à catequização forçada dos índios, nas Américas, entre outros pecados. Cabe, portanto, a todos os cristãos baixarem a guarda, e eliminar todo o descontentamento que, porventura, ainda exista contra a

Igreja, deixando repousar no coração um fraterno amor, aniquilando as mágoas ou a vergonha que nos entristece até hoje.

Tudo o que se passou deve ser compreendido como uma situação de época, fruto de um pensamento medieval atrasado, autoritário e não como um dogma ou ritual da Igreja. Todos os cristãos, na atualidade, deveriam compreender esses momentos difíceis e abrir o coração para a Igreja Romana sem, no entanto, denegrir a imagem dos seus dirigentes, principalmente o papa, como se ele fosse a própria besta-fera reencarnada. É lamentável que as Igrejas ditas “evangélicas” até hoje não aceitem a Igreja Católica, como também não exercitem o perdão, em virtude da perseguição que também sofreram no passado.

OS TEMPLÁRIOS

Pouco há de concreto sobre a Ordem dos Cavaleiros Templários, até mesmo porque, no ano de 1571, os turcos otomanos (não confundir com os seljúcidas), destruíram todo o acervo histórico dos Templários existente na Ilha de Chipre. O que restam são poucos registros, e muitos deles duvidosos, induzindo à criação de fábulas, credices e lendas, provavelmente, com o intuito de impressionar, com relatos de fatos que possivelmente nem aconteceram. Na historiografia oficial, não há registros sobre a vida e a saga desses lendários cavaleiros, talvez pela ausência de um estudo aprofundado sobre a sua história, ou até mesmo pela falta de credibilidade no que diz respeito à sua existência.

Não é através de uma pequena leitura que se podem desvendar os mistérios que cercam esse tema: Igreja, Templários e Maçonaria. O que há, evidentemente, são muitas especulações, principalmente, sobre a origem da Maçonaria e a sua relação com a Ordem do Templo.

A MAÇONARIA

Desde tempos remotos, a Igreja vem perseguindo a Maçonaria, por se tratar de uma Ordem “secreta” e, principalmente, em virtude das acusações imputadas pelo papa Clemente V aos Templários, que, por extensão, são atribuídas à Maçonaria, acusada também de práticas anticristãs, como: apunhalar e fazer juramentos, com derramamento de sangue sobre a imagem de Cristo; adorar deuses pagãos, como Baphomé, entre outras.

O padre Jesus Hortal é um desses teólogos que, constantemente, traz à tona essas acusações. Basta ler o livro de sua autoria, intitulado “Maçonaria e Igreja: Conciliáveis ou Inconciliáveis?”, como também o livro do bispo Dom Boaventura Kopplenburg – “Igreja e Maçonaria: Conciliação Possível?”.

Nada mais injusto do que acreditar nas histórias absurdas que se fala a respeito da Ordem Maçônica. É

inconcebível que indivíduos leigos, que desconhecem a história da Maçonaria, escrevam tantas inverdades, divulguem tantas informações infames, valendo-se do argumento de que as reuniões têm caráter secreto e, que, portanto, seus membros estariam rendendo culto ao diabo.

Sem jamais terem assistido a qualquer reunião da sociedade maçônica e, muito menos, terem pertencido à Ordem, vêm empreendendo uma campanha difamatória, com o intuito de persuadir, até mesmo os próprios integrantes da corporação, a acreditarem no caráter satânico da Instituição. Partem do pressuposto de que os milhões de maçons espalhados pelo mundo nada sabem sobre a Maçonaria, ignorando estudos e pesquisas realizadas, ao longo dos séculos, e ignorando também que o maçom é um estudioso e, como tal, profundo conhecedor da história da sociedade que integra.

Há até quem diga que todo maçom serve a dois senhores. Seguramente, faz essa afirmativa quem não conhece a Maçonaria e tenta difamá-la, através de acusações infundadas, vindas, principalmente, de leigos das Igrejas (Católicas e Protestantes), bem como de alguns padres, bispos e pastores. Ao contrário das religiões formalmente estabelecidas, não há na Maçonaria qualquer referência a entidades ou divindades “das trevas”: é a única Instituição radicalmente monoteísta do Ocidente.

A Igreja precisa rever essas questões seculares sobre a Maçonaria e abolir esse pensamento medieval (quando o papa Clemente V e o rei Felipe IV taxaram os cavaleiros Templários de hereges, profanadores), que vem respingando na Maçonaria até os dias de hoje. A Igreja tem que entender que, se houve algum conflito entre ela e a Maçonaria, isso faz parte do passado. Da forma que o papa João Paulo II pediu perdão, em nome da Igreja, pelas falhas cometidas, ela deve, também, abrir o “coração” para perdoar aqueles que foram seus adversários na condução da história moderna. Até mesmo porque são muitos os maçons que são completamente religiosos, fazendo parte da liturgia da Igreja e dos seus ministérios.

Registre-se aqui o padre Aloisio Guerra, com oitenta anos de idade, da Igreja Ortodoxa da Antioquia, maçom, grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito, que carrega em sua lapela, de um lado, uma cruz, e do outro, o esquadro e um compasso, sem nenhum conflito religioso. O citado padre já pertenceu à Igreja Católica Apostólica Romana e, quando tem oportunidade, em suas palestras, sempre deixa muito claro que não há incompatibilidade entre o seu sacerdócio na Igreja e a Maçonaria.

Muitos pastores pentecostais sofrem a mesma perseguição que os católicos por serem maçons. É, também, inadmissível que os protestantes tratem os irmãos como se fossem hereges, como se estivessem servindo a dois senhores. Até quando os maçons das Igrejas ditas evangélicas precisarão esconder a sua

identidade maçônica, evitando, dessa forma, dar explicações a todos àqueles que desconhecem o que é Maçonaria?

Tudo isso se deve aos mitos criados em torno da Ordem Maçônica, principalmente porque suas sessões são tidas como secretas. Porém, todos sabem quem são seus membros, onde moram, a sua conduta na sociedade, onde se reúnem, que dia, e a que horas começam as reuniões, assim, não podem suas reuniões ser secretas, mas, sim, discretas. Que fique bem claro a todos que tiverem acesso a esse trabalho: A MAÇONARIA NÃO É RELIGIÃO, MUITO MENOS UMA SEITA, MAS, SIM, UMA ENTIDADE COMPLETAMENTE RELIGIOSA.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Athos Vieira de. O Evangelho e a Maçonaria – Uma parceria que deu certo no Brasil. Editora Líthea Maciel, Belo Horizonte, 2004.
- ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. Toda a História – História Geral e do Brasil. Editora Ática, São Paulo, 2000.
- BÍBLIA SAGRADA – Edição Pastoral – São Paulo, 1991.
- BURMAN, Edward. Templários os Cavaleiros de Deus. Editora Nova Era, Rio de Janeiro, 2005.
- HORTAL, Jesus – Maçonaria e Igreja: Conciliáveis Ou Inconciliáveis? – Editora Paulus, São Paulo, 2002.
- KOPPLENBURG, Boaventura – Igreja e Maçonaria: Conciliação Possível? – Editora Vozes, 5ª edição, Petrópolis, 2009.
- VOURRE, Jean-Paul. Dicionário Templário. Editora Madras, São Paulo, 2005.
- GOMES, Valdir. Igreja Católica e Maçonaria. Editora Literalis, Porto Alegre, 2001.
- GUERRA, Pe. Aloísio. Religiosidade e Maçonaria. Editora Maçônica a Trolha, Londrina, novembro de 2006.
- GUERRA, Pe. Aloísio. O Amém Maçônico. Editora Maçônica a Trolha, Londrina, setembro de 2008
- NEVES, Joana. História Geral – A construção de um mundo globalizado. Editora Saraiva, São Paulo, 2002.
- SILVA, Pedro. Templários, Ordem Militar e Religiosa. Editora Catedral das Letras, Petrópolis-RJ, 2005.
- VICENTINO, Cláudio. História Geral. Editora Scipione, São Paulo, 2002.
- MATERIAL CAPTADO NA INTERNET
- COUTO, Pereira Sérgio. Ligações entre Templários e Maçonaria Parte I e II. Disponível em <http://www.misteriosantigos.com/artigos/modules/soapbox/article.php?articleID=79>
- PETER, Ambrósio – Maçonaria Operativa e Maçonaria Especulativa. Disponível em <http://maconariacaraubas.blogspot.com/2009/09/maconaria-operativa-e-maconaria.html>
- Apologética em Novo Tempo - Maçonaria e Protestantismo Brasileiro. Disponível em http://apologeticaemnovotempo.blogspot.com/2009/08/maconaria-e-protestantismo-brasileiro_02.html

Segunda Cruzada. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Segunda_Cruzada
O Grande Cisma do Oriente. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Grande_Cisma_do_Oriente
Ordem dos Templários. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Ordem_dos_Templários
Reforma Protestante. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Reforma_Protestante

*